



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0016319-43.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Carlos Alberto Gonçalves Leite**
 Requerido: **Veredas Cheiro da Terra Clínica Terapeutica de Farmacodependentes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter firmado contrato com a ré para a prestação de serviços consistentes no tratamento de seu filho que duraria seis meses, efetuando o pagamento através de seis cheques.

Alegou ainda que após o quarto mês seu filho desistiu do tratamento, mas a ré lhe restituiu apenas o último cheque emitido, descontando o quinto cheque mesmo que seu filho já não estivesse mais em tratamento.

Almeja à condenação dela ao pagamento do valor ao mesmo correspondente.

Já a ré em contestação asseverou que o filho do autor deixou o tratamento na metade do quinto mês, de modo que o valor relativo a esse período haveria de ser cobrado integralmente porque a vaga pertinente se referia ao mês completo.

A distribuição do ônus da prova na espécie dos autos observará as regras do art. 333 do Código de Processo Civil.

Nesse contexto, incumbia à ré a demonstração dos fatos que invocou para obstar a pretensão deduzida, vale dizer, comprovar que o filho do autor deixou o tratamento a que se submetia na metade do quinto mês.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Ela, todavia, não se desincumbiu desse ônus porque não amealhou um só dado concreto que respaldasse sua versão.

Ao contrário, a mensagem de fl. 05 – que não foi impugnada especificamente pela ré – deixa claro que já no dia 05 de julho p.p. o autor informou que seu filho não mais daria continuidade ao tratamento a que se vinha submetendo, aspecto que tornava inexigível a cobrança do quinta mensalidade pertinente ao contrato celebrado.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento parcial da pretensão deduzida.

O desconto do cheque especificado a fl. 02 não se justificava porque quando tal sucedeu já inexistia razão para a cobrança dos serviços que não eram mais prestados.

Bem por isso, a condenação da ré é medida de rigor, mas do valor cobrado ocorrerá a dedução da multa reconhecida como devida pelo autor no importe de R\$ 600,00 devida pela rescisão antecipada do ajuste.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a importância de R\$ 1.400,00, acrescida de correção monetária, a partir de julho p.p. (época do desconto do cheque em apreço), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento em quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 10 de dezembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA